

EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos o segundo número de 2020 da Revista Práticas em Administração Pública (PAP), periódico que tem como principal objetivo disseminar o conhecimento nas áreas de Administração e Gestão Pública, contando, para isso, com um Conselho Editorial de pesquisadores com atuação nacional e internacional tanto nos meios acadêmicos como de gestão.

Nesta edição, são publicados cinco artigos, os quais qualificados discutem temas de grande relevância à Administração Pública, sobretudo em momentos de restrições e mudanças tanto na estrutura pública quanto no relacionamento do setor público com a sociedade, situações essas que exigem necessárias e constantes melhorias no processo gerencial para o adequado atendimento das demandas sociais.

Os artigos publicados versam sobre a eficiência no processo de execução orçamentária, a compreensão dos agentes públicos quanto aos instrumentos legais de controle dos recursos públicos, a elaboração dos termos e efetivação das compras públicas e a avaliação da qualidade dos serviços públicos prestados. Complementando, encontra-se importante debate acerca do comportamento ou a ideia suicida dos policiais militares em avaliação dos fatores psicossociais.

O primeiro, de Silva e Souza, intitulado “*Execução orçamentária e financeira: uma análise do desenvolvimento socioeconômico da Universidade Federal do Amazonas (2006-2018)*”, traz discussão contemporânea sobre a execução de recursos públicos a partir das leis orçamentárias e da classificação das despesas públicas, aplicada para a Universidade Federal do Amazonas. A análise procura demonstrar a efetividade da aplicação dos recursos públicos considerando, de um lado, as categorias econômicas de despesas e, de outro, o número de ingressantes e de formados.

O segundo artigo, de Matias, Santos, Cavalcante Júnior e Cavalcante, intitulado “*Análise da compreensão dos legisladores municipais sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal*”, igualmente segue a temática de examinar os recursos públicos, todavia, pautado no entendimento do escopo legal da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Análise que foi desenvolvida a partir da compreensão dos vereadores dos municípios da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) do polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA quanto à aplicabilidade daquele instrumento para os gestores públicos.

Na sequência, o terceiro texto, intitulado “*As disfunções relacionadas aos termos de referência de compras públicas e possíveis soluções*”, dos autores Baldam, Garcia, Costa, Guizzardi e De Paula, aborda a temática das licitações públicas, discutindo especificamente as compras públicas e suas possíveis disfunções.

Para esse objetivo, foi desenvolvida análise das falhas deste processo a partir da elaboração dos Termos de Referência (TRs), os quais são utilizados para efetivar as aquisições de bens e serviços pelo setor público.

O quarto texto, de Laporta, Rufino, Nascimento e Zittei, intitulado “*A atuação da ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo no controle das demandas envolvendo questões relativas à falta de urbanidade*”, apresenta relevante debate sobre a qualidade na prestação dos serviços públicos. A avaliação da qualidade do serviço prestado pela Administração Pública é recente e encontra amplo espaço para o aprofundamento analítico. Apoiada neste arcabouço, a análise desenvolveu-se a partir da atuação da ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo no atendimento à incidência de demandas relacionadas ao tema urbanidade.

Complementando, o quinto texto, intitulado “*Suicídio policial: percepções a partir de dados primários no oeste do Paraná*”, de Shikida, Garcias, Souza e Strauch, aborda problemática importante e crescente na compreensão da atuação de uma das principais instituições públicas nacionais, a Polícia Militar. As distintas circunstâncias a que estão expostos os policiais militares tornam necessário o acompanhamento e a avaliação de suas condições, sobremaneira, das psicossociais. Neste contexto, o estudo direciona à análise do suicídio policial por meio de percepções empíricas a partir de um estudo aplicado no oeste do Paraná, nos batalhões da Polícia Militar dos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo.

Por fim, externamos nosso agradecimento aos autores, pareceristas e membros do Conselho Editorial por ajudarem a qualificar ainda mais este periódico. A eles nossos agradecimentos e o reiterado desejo de contar sempre com contribuições visando fomentar o debate acerca da Administração Pública.

A todos, uma boa leitura!

Prof. Dr. Daniel Arruda Coronel
Prof.^a. Dr.^a. Kelmara Mendes Vieira
Prof. Dr. Reisoli Bender Filho